

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: O TERRITÓRIO CIDADE E A ROTA DO CONHECIMENTO (VITÓRIA – ES)

Introdução

No contexto do anúncio da nova Base Nacional Comum para Formação de Professores, à revelia do trabalho coletivo e dialógico que envolveu a construção das DCN para formação de professores (2016), e, no mesmo movimento, de encaminhamento da BNCC do Ensino Médio, preocupações com o processo democrático que deveria envolver a produção de tais documentos – e por sua vez, das políticas públicas por eles referenciadas, - mobilizam-nos a apresentar o relato de uma experiência formativa exitosa do ponto de vista do debate sobre a construção da gestão democrática. A experiência foi levada a cabo por professores e técnicos administrativos atuantes no Centro de Referência em Formação e Educação a Distância, do Instituto Federal do Espírito Santo (Cefor- Ifes), no ano de 2016.

A partir desse relato, visamos discutir alguns dos problemas apresentados por Saviani (2009, p. 148-149) com relação à formação de professores em nosso país. O autor conclui, após uma síntese histórica, que tal formação segue, ao longo do tempo, no desequilíbrio entre um modelo que propõe que se coloque a ênfase nos conteúdos disciplinares específicos (*modelo dos conteúdos culturais cognitivos*) e outro, que defende um maior peso na formação didático-pedagógica, em detrimento do anterior (*modelo pedagógico-didático*).

Acrescentando alguns elementos à discussão, podemos afirmar que, de igual modo, nas fímbrias dos modelos em disputa, vemos deixada de lado a preocupação com a formação para o exercício da gestão democrática, tal como preconizado pela LDB, no seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público, na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, art. 14)

Observe-se, pela citação, que os pilares segundo os quais se assenta a gestão democrática passam necessariamente pela articulação entre o protagonismo do docente e o da comunidade que cerca o contexto escolar, no enfrentamento dos debates necessários à tomada de decisões não apenas no âmbito do espaço da escola, mas no próprio território onde essa se insere. Esse aspecto permanece pouco enfatizado – e em alguns casos, mesmo desconhecido – ao longo da formação oferecida nos cursos de licenciatura, seja nos que enfatizam o primeiro ou o segundo modelo, o que culmina por deixar de fora do processo o debate sobre a realidade local e sobre o território da cidade, de maneira ampliada.

O relato em tela visa contribuir para tal discussão, problematizando, por meio da exposição de resultados de uma experiência formativa voltada mormente para alunos pretendem atuar, ou já atuavam, como professores. Ofertada no âmbito de projetos de extensão encaminhados pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em parceria com os Centros de Ciência geridos pela Secretaria de Educação de Vitória, a ação envolveu vinte e quatro bolsistas, em sua maioria preparando-se para atuar no magistério, e teve como eixo o conhecimento e a apropriação do território da cidade, a partir da sua *Rota do Conhecimento*, no sentido de propor a inserção, no debate político-pedagógico, de temáticas de gestão do espaço escolar e do território em que este se insere, por meio da sua elaboração como espaços de direito.

Objetivos

A experiência formativa objetivou primeiramente apontar para possibilidades de superação dos dilemas apreendidos nos modelos de formação docente que ora enfatizam os conhecimentos específicos, ora os conhecimentos didático-pedagógicos, dicotomizando a experiência do conhecimento científico que é, a um só tempo, também histórico e social. Assim, e de maneira específica, temos como alvo apontar para os resultados exitosos de uma formação inicial, no âmbito de projetos de extensão que procuraram articular, de maneira dialética, o conhecimento e apropriação do território da cidade de Vitória aos conteúdos específicos das disciplinas estudadas pelos futuros professores, no sentido de fomentar, no currículo dos cursos de licenciatura, o diálogo entre a gestão democrática escolar e a gestão da própria cidade onde a escola se insere, por meio do estímulo à participação em fóruns instituídos e instituintes.

Metodologia

A formação, coordenada de maneira conjunta pelas Profas Maria das Graças Ferreira Lobino (Cefor – Ifes) e Livia Scheiner (Colégio Pedro II), teve por base a metodologia da pesquisa ação, proposta aos participantes por meio de oficinas temáticas. Tal percurso metodológico foi, naquele momento, uma adaptação do formato concebido e aplicado anteriormente, durante o Projeto Alfabetização Científica no Contexto da Cidadania Socioambiental (ACCS), realizado pelo Cefor, entre 2015 e 2016, e coordenado pela professora Graça Lobino, tal como documentado e analisado por Sirlene Araújo (2017, p. 81-105).

A referida ação de formação inicial envolveu vinte e quatro bolsistas de extensão do Ifes, agrupados em três projetos, que, por sua vez, desenvolveram-se nos Centros de Ciência de Vitória, a saber: Escola de Ciência – Física (Parque Moscoso); Escola de Ciência – Biologia e História (no bairro Mario Cypreste – “Sambão do Povo”) e Praça da Ciência (Enseada do Suá). Nesses espaços não formais de educação, o projeto propunha que os bolsistas atuassem como mediadores, atendendo ao diversificado público que a eles ocorre. Acrescente-se que tais espaços, denominados de Escolas de Ciência e destinados à divulgação científica, são administrados atualmente pela Prefeitura de Vitória, mas surgiram por iniciativa da sociedade civil, durante os anos da virada do século XX¹. Este verdadeiro complexo educativo e cultural, do qual fazem parte ainda o Planetário e Observatório de Vitória, conjuga um circuito formativo, ao qual denomina-se *Rota do Conhecimento* de Vitória, e que faz parte não apenas da paisagem urbana da região da Grande Vitória, mas do seu patrimônio.

Quanto aos participantes da ação, conjugaram-se professores e técnicos atuantes no Cefor – estes como coordenadores/formadores -, gestores dos Centros de Ciência ligados à Secretaria Municipal de Educação de Vitória e os bolsistas de extensão, que eram por sua vez alunos de cursos de licenciatura e/ou de especializações relacionadas ao magistério. Quanto aos alunos, uma peculiaridade desse público-alvo era a heterogeneidade de sua formação. Assim, o grupo, constituído de 24 bolsistas de extensão do Ifes, envolveu desde

¹ Surgidos na década de 1980, por iniciativa da Associação Astronômica Galileu Galilei (AAGG) os espaços de educação, cultura científica e lazer foram concebidos tendo como foco a ideia de que “Ciência é Cultura” - lema da AAGG. Sua implementação visava a composição de um *Centro de Ciências*, tal como algumas instituições surgidas, então, no Brasil e no mundo. O escopo do projeto previa dotar a cidade de um conjunto de equipamentos que ocupasse e potencializasse o uso público de determinadas porções do território urbano.

graduandos em Física, Biologia, História e Letras, a alunos do curso técnico em Biotecnologia e pós graduandos em Educação e Divulgação em Ciências, cursos estes ofertados pelo Ifes e pela Ufes.

A formação foi organizada por meio de oficinas temáticas realizadas em cada um dos Centros de Ciência, além de uma oficina introdutória, que ocorreu na sede do Parque Estadual da Fonte Grande, e um encontro final de síntese das apreensões. Por sua altitude elevada em relação à malha urbana, o Parque Estadual da Fonte Grande permitiu, logo de início, que se construísse entre os participantes um olhar panorâmico sobre as belezas e contradições do espaço social da cidade. Na sequência, as demais oficinas se passaram em cada um dos Centros de Ciência, dentro dos quais os bolsistas de extensão foram divididos em equipes, conforme sua atuação como mediadores, atendendo ao público em visita a tais espaços, no dia-a-dia de cada centro, tiveram como desafio a apresentação do local aos demais colegas e profissionais envolvidos.

Nesta ação, deveriam não apenas situar o contexto de produção do equipamento urbano no qual atuavam, bem como os limites e possibilidades do seu acervo, apresentando tais aspectos num diálogo entre os condicionantes sociais e históricos, a gestão e apropriação do espaço da cidade e o acesso ao conhecimento científico como direitos cidadãos. Esta concepção de direito à cidade foi problematizada a partir da interrelação entre o acervo do respectivo Centro de Ciência e os conteúdos específicos de cada componente curricular, desenvolvido em cada curso de licenciatura. Em paralelo com a experiência prática, foram disponibilizados materiais de caráter teórico em plataforma moodle, bem como questões para discussão em grupo.

A oficina de encerramento envolveu a apresentação de sínteses, pelas equipes participantes, a respeito da relevância e das apropriações realizadas por meio do trabalho desenvolvido. Solicitou-se que, por meio da intertextualidade entre imagens marcantes da Rota do Conhecimento e relatos orais, cada equipe apresentasse suas percepções, tendo como centralidade o conhecimento do território da cidade e suas contradições e as possíveis relações com o fazer docente. Destacou-se também a importância de se debater de que modo os acervos dos espaços não formais em questão, bem como a sua inserção na dinâmica urbana, permite propostas de trabalho transdisciplinares, buscando-se consolidar nos futuros professores a superação da compartimentação do conhecimento científico, em consonância com abordagens didático-pedagógicas adequadas aos diferentes públicos – escolares ou não – que frequentam os Centros de Ciência.

Nesse e nos demais encontros ou oficinas, a participação de gestores públicos - diretor e coordenadores das Escolas de Ciência, coordenadores de cursos de licenciatura e pós graduação, Pro Reitoria de Extensão do Ifes etc – acrescentaram ao debate a tônica das possibilidades, limites e desafios dos modelos de gestão escolar e urbano, dentro da perspectiva democrática. De maneira geral, todos os participantes, a partir de suas vivências e lugares de fala, foram chamados a enfrentar, de maneira dialética, a questão da importância da apropriação, por parte da população, dos espaços de direito no cotidiano da cidade. Deste debate, evidenciou-se a necessidade de participação nos organismos garantidos legalmente² e no movimento instituinte. Neste sentido, o ambiente escolar surgiu como locus fundamental de organização de construção de ações coletivas, especialmente no que diz respeito à concepção coletiva do Projeto Político Pedagógico. Este, visto como instrumento de resgate do protagonismo do professor e da participação da comunidade local, de forma democrática, nas decisões que envolvem não apenas uma melhor educação, mas uma maior qualidade de vida no contexto urbano em que essa se encontra inserida, promovendo a participação da comunidade local.

Principais análises

De maneira sintética, a experiência apontou para importantes questões, evidenciadas nos relatos e sínteses dos licenciados, bem como dos demais sujeitos envolvidos: professores e gestores em educação. Descortinou-se um desconhecimento inicial, especialmente por parte dos futuros professores, do próprio contexto em que vão, a princípio, atuar. Neste sentido, percorrer de maneira analítica e crítica a *Rota do Conhecimento*, tendo o olhar voltado para o saber/fazer científico específico de cada disciplina, porém enfrentando o diálogo com espaços não formais, cuja existência se articula às próprias transformações da sociedade, levou os licenciandos a se perceberem num espaço de relações mais complexo, o que foi experienciado na articulação entre teoria e prática. Este aspecto inseriu em sua formação a perspectiva do “ato docente com fenômeno concreto” (SAVIANI, 200, p. 151), revelando que os conteúdos específicos da sua formação disciplinar são, não apenas indissociáveis dos didático-pedagógicos mas, de maneira mais

² Maria das Graça Lobino, Antonio Donizetti Sgarbi e Sidnei Leite apontam para a representatividade dos Conselhos Municipais na estrutura da gestão democrática, sublinhando a importância de a sociedade civil reconhecer e ocupar nos mesmos seu espaço de representação (LOBINO; SGARBI e LEITE, 2014).

ampla, dos fundamentos histórico sociais e filosóficos da educação, articulados no princípio da gestão democrática.

Conclusão

Ao olharmos para a formação inicial de professores sob o ponto de vista da centralidade do conhecimento do território, estimulando o debate sobre a gestão democrática da escola e do espaço de relações em que essa se insere, concluímos que tal debate deve se inserir no currículo dos cursos de licenciatura. Considerar as possibilidades de ação social em direção à ampliação da participação cidadã no espaço público, por meio da construção de mecanismos democráticos de acesso aos bens culturais, ao conhecimento e a uma melhor qualidade de vida devem também fazer parte do conjunto de saberes disparados no professor em formação. Ao promovermos este olhar, a experiência se mostrou transformadora não apenas para os aspirantes à docência, mas mesmo para aqueles participantes do processo formativo que já trilhavam o caminho da educação há algum tempo, o que ficou patente por meio do caráter propositivo do debate, no último encontro formativo, no qual apresentaram-se sínteses sob os mais diversos pontos de vista.

Referências

ARAÚJO, Sirlene Dias. **O projeto “alfabetização científica no contexto da cidadania socioambiental” como contributo ao enraizamento da educação ambiental**. Vitória: Ifes, 2017 (Dissertação de Mestrado).

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de novembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)

LOBINO, Maria das Graças Ferreira; SGARBI, Antonio Donizetti; QUEZADA, Sidnei. A formação de eco-educadores a partir da gestão democrática. **Anais do IV Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação**. Porto, 2014

Disponível: http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/eixo4.html

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009, p. 143-155.